

cultura: imagens e representações

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 8 . 2008

Representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola

Fernando Tavares Pimenta

Fernando Tavares Pimenta. Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20. Bolseiro de pós-doutoramento da FCT.

Este artigo analisa as representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola. Uma cultura colonial que visava a sua superação pela construção de uma cultura nacional especificamente angolana que atribuísse aos brancos um papel dinâmico na edificação do Estado Nação em Angola. No entanto, não podemos falar na existência de uma cultura colonial compacta e homogênea, na medida em que a produção cultural dos colonos brancos no domínio político conheceu fases distintas e apresentou uma pluralidade de facetas que reflectiram a fragmentação política no seio da própria comunidade branca. Factores económicos, sociais, ideológicos ou simplesmente geracionais influíram no processo de elaboração dessa cultura colonial e, sobretudo, nas suas representações políticas relativas à comunidade branca e ao todo nacional angolano. Cultura, representações e identidades políticas dos colonos brancos estiveram assim intimamente interrelacionadas no quadro do colonialismo português em Angola, quer na fase republicana, quer no período salazarista. A década de 1940 foi aliás um momento de charneira ao nível das identidades dos brancos, tanto em termos culturais, como em termos políticos. O centralismo, o autoritarismo e a repressão política da ditadura colonial jogaram aqui um papel crucial na transformação das identidades políticas dos brancos no sentido nacionalista e independentista. Transformação essa que se reflectiu na cultura colonial angolana, sobretudo na literatura e nas representações políticas da “Nação” por essa elaboradas. De facto, enquanto num primeiro momento os colonos construíram uma identidade baseada na exaltação do valor intrínseco da colonização branca, num segundo momento as novas gerações de brancos nascidos na colónia participaram activamente na elaboração da ideia de angolanidade, a qual envolvia politicamente todos os segmentos da população angolana, inclusive a maioria negra indígena¹. Mas vejamos em detalhe como se deu este processo.

Durante a 1ª República, os principais agentes da cultura colonial dos colonos brancos foram certos jornalistas, publicistas e memorialistas que se tinham estabelecido permanentemente nas principais cidades angolanas: Luanda, Benguela, Moçâmedes, Lobito, Huambo, Bié, Lubango. Tratava-se de uma pequena elite intelectual, mas num certo sentido também económica porque muitos dos seus elementos eram comerciantes, pequenos “industriais” ou funcionários da administração colonial. Quase todos tinham ligações políticas aos grémios maçónicos constituídos pelos colonos brancos, nomeadamente ao Grémio Português (Luanda), ao Grémio Lusitânia (Benguela) e ao Grémio Pátria Nova (Bié)². Em termos políticos, essa pequena elite defendeu a ideia de que os colonos eram os principais construtores da colónia e os “verdadeiros homens de Angola” e, por isso, os únicos que tinham o direito a governar Angola³. Isto mesmo nos é confirmado pela leitura da imprensa colonial, que foi o principal instrumento de divulgação cultural e de consciencialização política usado pela elite branca. Salientamos pelo seu peso político o *Jornal de Benguela*, fundado

¹ Sobre este assunto veja-se: PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola. Os Brancos e o Nacionalismo*. Florence: PhD Thesis European University Institute, 2007.

² LOPO, Júlio de Castro – *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*. Luanda: CITA, 1964, p. 55. PIMENTA, Fernando Tavares – ob. cit., p. 68-69

³ *Jornal de Benguela*, Ano VIII, n.º 7, de 14 de Fevereiro de 1919, p. 1.

na cidade com o mesmo nome em 1912, por Manuel de Mesquita. Manuel de Mesquita foi também Presidente da Câmara Municipal de Benguela, logo a seguir à proclamação da República Portuguesa, e o principal animador do Centro Republicano de Benguela (1910-1913). Manuel de Mesquita foi ainda Presidente do Grémio Lusitânia e exerceu uma notável influência política na direcção da Associação Comercial de Benguela⁴. Neste contexto, uma análise atenta do *Jornal de Benguela* revela que os colonos procuraram dar de si mesmos a ideia de esforço, de bravura e de valor, no sentido em que se assumiram como os desbravadores dos infinitos sertões africanos e os civilizadores das populações indígenas. A imprensa foi pois o instrumento pelo qual os colonos construíram – para “consumo” interno e externo – uma gesta da “obra admirável da colonização”, adjectivando-se a si mesmos com atributos muito pouco parcimoniosos:

Esforçados, valorosos, dignos e honestos, os colonos, simplesmente a falange admirável que por aqui moireja...⁵.

Paralelamente, a leitura da imprensa colonial revela que os colonos foram gradualmente adquirindo a consciência de formarem uma unidade social e política diferente da portuguesa. A pouco e pouco, os colonos passaram a identificar-se politicamente não como meros expatriados portugueses em África, mas como membros dum “povo” – o “Povo de Angola”⁶. Os colonos consideravam Angola a sua “terra comum”, a sua nova casa em África⁷. Esta ligação à terra angolana foi-se consolidando à medida que mais brancos se foram estabelecendo de forma permanente na colónia, deixando de ser uma população flutuante para formar uma comunidade radicada no território⁸. Porém, a imprensa evidencia também que os colonos brancos estavam integrados no espaço físico angolano, mas não no ambiente social africano. Ou melhor, os colonos brancos representavam-se politicamente como parte integrante duma paisagem social angolana que não era necessariamente africana, ou pelo menos só africana. Isto é, a sua identificação política com Angola não correspondia verdadeiramente à assunção de uma africanidade, pelo menos no sentido de negra e tal como ela é entendida no mundo pós-colonial, mas antes a uma forma de euro-africanidade. Uma euro-africanidade que realçava a superioridade da cultura europeia transplantada para a colónia e que colocava em segundo plano as características culturais propriamente africanas de Angola, ainda que não as negasse por completo. É pois neste contexto que devemos entender o projecto político autonomista e, em parte, até nacionalista dos brancos de Angola⁹.

⁴ *Jornal de Benguela*, Ano II, n.º 16, de 16 de Abril de 1913, p. 5. DELGADO, Ralph – *A famosa e histórica Benguela*. Lisboa: Ed. do Governo do Distrito, 1940, p. 329-340.

⁵ *Jornal de Benguela*, Ano XV, n.º 17, de 23 de Abril de 1926, p. 1-2.

⁶ *Jornal de Benguela*, Ano VIII, n.º 17, de 25 de Abril de 1919, p. 1.

⁷ *Jornal de Benguela*, Ano XIII, n.º 33, de 15 de Agosto de 1924, p. 2.

⁸ *Jornal de Benguela*, Ano VIII, n.º 32, de 8 de Agosto de 1919, p. 1.

⁹ Sobre a passagem do protesto autonomista branco ao nacionalismo euro-africano veja-se: PIMENTA, Fernando Tavares – *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo, 1900-1961*. Coimbra: Minerva, 2005.

Na realidade, a ideia de construir uma nova nacionalidade em terras angolanas estava profundamente enraizada no espírito dos colonos brancos. Aliás, no cerne das políticas de povoamento branco do interior da colónia havia o objectivo de lançar as bases para a construção duma nova pátria nos planaltos de Angola. Esta nova pátria era entendida como uma espécie de Nova Europa¹⁰, mais precisamente como uma “Nova Lusitânia”¹¹. Para os colonos, essa “nova pátria” teria o seu “lugar” no quadro duma ampla “Confederação Luso-Brasileira”, constituída por Portugal, Brasil e as colónias portuguesas de África¹². Uma espécie de *Commonwealth* lusitana. Assim, os colonos perspectivavam para Angola uma evolução análoga à da África do Sul. Isto é, a formação de um Estado de matriz europeia, governado pelos colonos brancos, mas ligado à mãe pátria por laços políticos de tipo federal. Era precisamente esta ideia que estava na base do projecto de autonomia colonial proposto pelo jornalista José de Macedo em 1910¹³. Um projecto que também foi defendido por vários partidos políticos formados por brancos na década de 1920, nomeadamente o Partido Pró-Angola¹⁴.

No entanto, o projecto político dos brancos angolanos foi liminarmente rejeitado e duramente reprimido pela ditadura colonial de Salazar. Repressão que ocasionou momentos de grande tensão política e militar entre o governo metropolitano e os colonos, entre os quais salientamos a revolta de Luanda de 20 de Março de 1930 e o movimento conspirativo que “resultou” na prisão e deportação para Portugal do Vigário Geral de Angola, Monsenhor Alves da Cunha, em 1941¹⁵. Mas, em vez de eliminar, a repressão colonial provocou – por reacção – uma radicalização do protesto político dos brancos no sentido nacionalista e independentista. Uma transformação já visível nos objectivos políticos expressos pela Organização Socialista de Angola (OSA) em 1940 e, sobretudo, pela Frente de Unidade Angolana (FUA) em 1961. Destacamos a modificação da visão do chamado “problema indígena” no programa político de ambos os movimentos nacionalistas, que eram formados maioritariamente por brancos e mestiços, filhos de colonos. De facto, enquanto na 1.ª República os colonos brancos viam os indígenas numa perspectiva quase só económica, como mão de obra barata, a OSA e a FUA defendiam explicitamente a “elevação política das massas africanas”. Isto significa que pelo menos alguns sectores nacionalistas euro-africanos aceitavam a incorporação política não só das elites mestiça e negra assimilada, mas de toda a população negra indígena¹⁶.

¹⁰ Sobre o conceito de “Nova Europa” veja-se CROSBY, Alfred W. – *Ecological Imperialism. The Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

¹¹ *Jornal de Benguela*, Ano XI, n.º 5, de 3 de Fevereiro de 1922, p. 1. FERREIRA, Vicente – “A Nova Lusitânia – Angola”. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 7 e 8, Julho/Agosto de 1948.

¹² *Jornal de Benguela*, Ano VIII, n.º 9, de 28 de Fevereiro de 1919, p. 4.

¹³ MACEDO, José de – *Autonomia de Angola*. Lisboa: Edição do Autor, 1910, p. 83.

¹⁴ CASTRO, J. Veloso de – “Anotações”. In: PINTO, Júlio Ferreira – *Angola. Notas e comentários de um colono*. Lisboa: J. Rodrigues, 1926, p. 522-523.

¹⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – ob. cit., p. 144-168.

¹⁶ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-St/61, 3059. AN-GOLANA, Frente de Unidade – *À População de Angola*. Benguela: FUA, Abril de 1961. DÁSKALOS, Sócrates – *Um testemunho para a História de Angola. Do huambo ao huambo*. Lisboa: Vega, 2000, p. 46-47 e 86.

Contudo, neste artigo, a questão que nos interessa aprofundar é a da transformação das identidades e do projecto político dos brancos ao nível das representações políticas da cultura colonial de Angola. Por isso, vamos analisar a acção de três instituições, com objectivos à primeira vista culturais – mas de fundo claramente político –, que tiveram um papel central no processo de construção de uma identidade nacional angolana através da literatura: a Casa dos Estudantes do Império (CEI), a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA) e a Sociedade Cultural de Angola (SCA). De facto, na década e meia posterior ao fim da 2.^a Guerra Mundial, as novas gerações de brancos angolanos tomaram parte no processo político-literário de construção duma identidade nacional especificamente angolana. Em termos económicos e sociais, esses jovens faziam parte dos estratos médios urbanos e todos, ou quase todos, frequentaram o ensino secundário nos liceus Diogo Cão, no Lubango (Sá da Bandeira), e Salvador Correia, em Luanda, que eram os únicos que ministravam o ciclo completo, ou senão nos liceus da metrópole, para onde alguns iam ainda crianças a fim de terem uma educação mais cuidada. Em termos políticos, esses jovens brancos tinham tido a sua primeira sociabilização política no seio do próprio ambiente familiar, geralmente caracterizado por uma forte oposição à ditadura e por uma adesão aos princípios democráticos e autonomistas da 1.^a República. As literaturas portuguesa, brasileira e estrangeira de pendor realista e neo-realista também influenciaram a sua formação política¹⁷. A Casa dos Estudantes do Império, a Associação dos Naturais de Angola e a Sociedade Cultural de Angola serviram de espaços de consciencialização política desses jovens, dando-lhes os instrumentos para construir uma autêntica identidade nacional. Vejamos então de forma detalhada a acção de cada uma dessas instituições.

Fundada em 1944, a Casa dos Estudantes do Império (1944-1965) foi uma agremiação académica de estudantes coloniais na metrópole que desempenhou importantes funções sociais, culturais e de formação cívica e ideológica dos estudantes provenientes de todo o Império Colonial Português. Embora com sede em Lisboa, a CEI tinha delegações em Coimbra (1945-1965) e no Porto, que na prática tinham um funcionamento autónomo¹⁸. Na sua origem esteve a Casa dos Estudantes de Angola (CEA) fundada em 1 de Dezembro de 1943, em Lisboa, por algumas dezenas de estudantes dos liceus e das Universidades de Lisboa, de Coimbra e do Porto. Entre os seus fundadores estiveram alguns indivíduos que anteriormente tinham pertencido à Organização Socialista de Angola, em especial os irmãos Sócrates e Alexandre Dáskalos¹⁹. Na sequência da sua criação surgiram as Casas dos Estudantes da Índia e de Cabo Verde, que funcionaram na dependência da CEA, bem como a Casa dos Estudantes de Moçambique, que tinha um funcionamento independente, possivelmente em torno de um núcleo de estudantes de Lourenço Marques em Coimbra²⁰. O Estado Novo, interessado em controlar o movimento associativo dos

¹⁷ CARVALHO, Américo de – *Angola. Anos de Esperança*. Coimbra: Minerva, 2001, p. 25-27.

¹⁸ ACEI – *Mensagem. Cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império, 1944-1994*. Lisboa: ACEI, 1997, p. 23-25.

¹⁹ AN/TT, Fundo Casa dos Estudantes do Império – Ficheiro de Lisboa; DÁSKALOS, Sócrates – *A Casa dos Estudantes do Império. Fundação e primeiros anos de vida*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993, p. 6-7.

²⁰ ANTT, Fundo Casa dos Estudantes do Império – Ficheiro de Coimbra.

estudantes coloniais, promoveu então a unificação das várias instituições de apoio aos jovens coloniais numa única instituição imperial, a Casa dos Estudantes do Império. A fundação da Casa dos Estudantes do Império foi por isso apadrinhada pelo próprio Ministro das Colónias, Marcelo Caetano²¹.

No entanto, apesar das aspirações de controlo por parte do Estado Novo, a Casa dos Estudantes do Império cedo se mostrou contrária à tutela política do regime salazarista. De facto, a CEI teve um papel muito significativo no processo de consciencialização política das elites das colónias portuguesas, nomeadamente de Angola. A formação política dessas elites foi desde logo influenciada pelas estreitas relações políticas da CEI com o Partido Comunista Português e com o Movimento de Unidade Democrática (MUD), em especial com a sua secção juvenil (MUD Juvenil). Aliás, muitos dos estudantes coloniais participaram activamente na oposição política ao Estado Novo²². Numerosos foram pois os estudantes angolanos brancos que se salientaram na política, nas artes e nas letras. Destacamos os casos de Sócrates Dáskalos, dirigente da Organização Socialista de Angola e da Frente de Unidade Angolana, Antero de Abreu e Urbano Fresta, jovens dinamizadores da Delegação de Coimbra da CEI e futuros membros dos Movimentos Democráticos em Angola, os irmãos David e José Bernardino, militantes do MUD Juvenil e do PCP, os escritores Alexandre Dáskalos e Alda Lara, os literatos Carlos Ervedosa, Fernando Mourão, Fernando Costa Andrade, etc.²³.

De grande significado cultural e político foi a publicação pela sede de um boletim literário intitulado *Mensagem* (1947-1964)²⁴. Este boletim procedeu à consciencialização política dos jovens coloniais, ao mesmo tempo que desenvolveu uma intensa actividade cultural, mormente literária. Em Lisboa publicaram-se também várias antologias de poesia da autoria de jovens escritores africanos (brancos, mestiços e negros). A Delegação de Coimbra acompanhou o passo de Lisboa, publicando um jornal de parede e dois boletins literários de mais breve duração, designados respectivamente de *Momento* e de *Meridiano*. O *Meridiano* foi publicado pelo menos durante oito anos, mas poucos são os números conhecidos que sobreviveram até ao presente²⁵. Para além disso, os estudantes coloniais de Coimbra colaboraram em diversas actividades literárias da região, em especial no *Novo Cançãoeiro* e no jornal *Via Latina*, da Associação Académica de Coimbra, entre outros²⁶. A Casa dos Estudantes do Império desempenhou portanto um papel muito significativo no processo de formação das literaturas das colónias portuguesas, em especial de Angola.

²¹ ACEI – ob. cit., p. 23-24. FARIA, António – *A Casa dos Estudantes do Império - Itinerário histórico*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

²² VILAÇA, Alberto – *O MUD Juvenil em Coimbra. História e Estórias*. Porto: Campo das Letras, 1998, p. 61.

²³ ROCHA, Edmundo – “A Casa dos Estudantes do Império nos anos de fogo”. In: ACEI – *Mensagem. Cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império, 1944-1994*. Lisboa: ACEI, 1997, p. 104. PIMENTA, Fernando Tavares – ob. cit., p. 195-197.

²⁴ ACEI – ob. cit., p. 41-62.

²⁵ Os poucos exemplares originais conhecidos encontram-se no Espólio do Dr. Alberto Vilaça, que amavelmente nos forneceu as respectivas fotocópias.

²⁶ RIBEIRO, Maria Aparecida – “O momento coimbrão nas literaturas de Angola e Moçambique”. In: *Actas do Congresso de História da Universidade*, vol. III. Coimbra: 1991.

Relativamente à composição racial da CEI, os brancos estavam em maioria, pelo menos no que diz respeito às secções de Angola e de Moçambique, sendo diferentes os casos de Cabo Verde e de Goa²⁷. Mas a relativa ausência de discriminação e de racismo dentro da Casa dos Estudantes do Império permitiu uma aproximação – e mesmo colaboração ao nível da vida associativa – de jovens brancos, mestiços, negros, indianos e chineses, provenientes de todas as colónias portuguesas²⁸. Isto não significa que houvesse uma total integração política entre os vários segmentos que formavam o universo associativo da CEI. Aliás, não deixa de ser significativo o facto de uma parte dos estudantes negros e mestiços presentes na metrópole terem sentido a necessidade de criar uma instituição própria, à margem da CEI, que se materializou na formação dum Centro de Estudos Africanos em Lisboa em 1954²⁹. Posteriormente, alguns desses jovens mestiços e negros formaram o Movimento Anticolonial (MAC), que se colocou num plano político de oposição frontal ao regime colonial português. Do MAC saíram alguns dos fundadores e dos dirigentes de certos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas (MPLA, PAIGC, FRELIMO), nomeadamente Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara, Gentil Viana, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos³⁰.

Por outro lado, as estreitas relações com os meios políticos de oposição à ditadura valeram à Casa dos Estudantes do Império a apertada vigilância e a repressão policial do Estado Novo. Na década de 1950, a CEI teve de suportar as comissões administrativas impostas pelo governo e a Delegação de Coimbra enfrentou mesmo uma tentativa de fecho em 1959, mas a comunidade estudantil colonial, com o apoio da Academia de Coimbra, conseguiu resistir à intromissão do regime. Contudo, as fugas para o estrangeiro de muitos estudantes coloniais em 1961/1962, a forte repressão política que se seguiu à Crise Académica de 1962 e a concorrência da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos (PEU)³¹, organismo criado pelo governo para desviar os novos estudantes coloniais da CEI, acabaram por enfraquecer a Casa dos Estudantes do Império. Os próprios estudantes nacionalistas que permaneceram na metrópole acabaram por desenvolver as suas actividades noutros espaços, menos conotados com o nacionalismo e por isso menos vigiados pela PIDE. Em Coimbra, destacaram-se, por exemplo, as Repúblicas Kimbo dos Sobas e Milyonários, cujos membros ajudaram na preparação da fuga de Daniel Chipenda. O “golpe de misericórdia” foi dado em Setembro de 1965, quando a PIDE encerrou definitivamente a Casa dos Estudantes do Império em Lisboa e em Coimbra³².

²⁷ AN/TT, Fundo Casa dos Estudantes do Império – Ficheiros de Lisboa, de Coimbra e do Porto.

²⁸ ACEI – ob. cit., p. 23-30. Para um retrato literário do ambiente associativo na CEI veja-se: PEPETELA – *A geração da Utopia*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

²⁹ ANDRADE, Mário Pinto de; MESSIANT, Christine – “Sur la première génération du MPLA: 1948-1960. Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant (1982)”. In: *Dynamiques religieuses en Lusophonie contemporaine. Lusotopie*, 1999, p. 185-221.

³⁰ MATEUS, Dalila Cabrita – *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 1999, p. 65-114.

³¹ A PEU foi fundada em 1961 e manteve-se activa pelo menos até 1976. Arquivo Histórico Ultramarino, Fundo Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos, Processos Individuais (Caixas). CUNHA, J. M. da Silva – *Portugal há-de continuar*. Lisboa: AGU, 1963.

³² *Jornal de Benguela*, n.º 4098, de 9 de Setembro de 1965, p. 2. Veja-se também: AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Casa dos Estudantes do Império, Processo 3529/62, 3352.

No entanto, em Angola vários grupos de jovens intelectuais promoviam a criação duma literatura nacional angolana. Na realidade, a literatura angolana começou a tomar formas mais definidas a partir de 1948, graças ao esforço colectivo de um grupo de jovens escritores brancos, mestiços e negros, denominado “Movimento dos Novos Intelectuais de Angola”, cujo lema era “Vamos descobrir Angola!”³³. O projecto político deste grupo consistia na edificação duma cultura e identidade angolana unificada, capaz de ultrapassar as divisões raciais, étnicas, sociais e políticas da população de Angola e de a mobilizar para um fim comum, o de construir o Estado-Nação Angolano. Assim, brancos naturais de Angola, mestiços, filhos de colonos, e alguns negros assimilados transpuseram as distâncias produzidas pelas diferenças da cor para trabalharem em conjunto em prol da unidade nacional e da independência de Angola. Um trabalho por enquanto eminentemente intelectual e literário. Como tal, a literatura produzida por estes jovens misturava elementos africanos tradicionais, nativistas e europeus, bem como influências do neo-realismo português e brasileiro e da negritude de Senghor, numa síntese cultural angolana. Foi assim que surgiu a ideia de angolanidade, que exprimia essa emergente identidade nacional angolana e que recusava a ideia “imperial” duma “portugalidade” estendida a Angola³⁴. Tratava-se de uma ideia eminentemente telúrica, emergida na literatura angolana nas décadas de 1940 e 1950 e criada como instrumento político de oposição ao colonialismo português. Refira-se que a ideia da angolanidade exprimia não só uma identificação com a terra e com o espaço físico angolano, mas também a vontade de integração social, cultural e política de todos os componentes demográficos de Angola³⁵.

Estes jovens intelectuais encontraram nas revistas das principais associações culturais angolanas os instrumentos adequados para difundir essa literatura nacional e assim criar uma consciência cultural do todo angolano, uma espécie de identidade nacional, que antes de mais havia de ser cultural e literária. Tratavam-se das revistas *Mensagem*, da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), e *Cultura*, da Sociedade Cultural de Angola (SCA). *Mensagem* “lançou”, por assim dizer, os poetas Viriato da Cruz (mestiço), Agostinho Neto (negro) e António Jacinto (branco)³⁶. De facto, cada um dos poetas angolanos representou, a seu modo, o drama das relações coloniais e as suas implicações no campo racial. A este respeito, António Jacinto escreveu:

O meu poema sou eu-branco / montado em mim-preto / a cavalgar pela vida³⁷.

³³ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de – *Reler África*. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1990, p. 371-384. ERVEDOSA, Carlos – *Roteiro de literatura angolana*. Lisboa: Sociedade de Escritores de Angola, 1979.

³⁴ MARGARIDO, Alfredo – *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980, p. 251-255, 331-346 e 367-374.; LARANJEIRA, Pires – “Angolanidade”. In: COELHO, Jacinto Prado – *Dicionário de literatura portuguesa brasileira galega africana Estilística Literária. Actualização* (1.º volume). Lisboa: Figueirinhas, 2002, p. 83.

³⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006, p. 52-54.

³⁶ ANDRADE, Mário Pinto de; TENREIRO, Francisco – *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. Lisboa: 1953. LARANJEIRA, Pires – *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 93-170.

³⁷ No poema “Já quer e já sabe”, transcrito em MARGARIDO, Alfredo – ob. cit., p. 60.

A Associação dos Naturais de Angola e a Sociedade Cultural de Angola foram portanto fundamentais em todo este processo literário e político, pois eram espaços de consciencialização política nacionalista dos jovens angolanos, os únicos possíveis numa sociedade severamente reprimida pelo poder colonial. Relativamente à Associação dos Naturais de Angola, esta era a herdeira directa do Grémio Africano, fundado durante a 1.^a República e que tinha mudado de nome para Centro Africano em 1937 e depois para ANANGOLA em 1947³⁸. Em termos sociológicos, a ANANGOLA era constituída por uma maioria de mestiços e de negros, sobretudo nativos, mas também por um número substancial de brancos naturais de Angola. De grande relevo foi – como já referimos – a publicação da revista *Mensagem*, órgão da ANANGOLA, que lançou as bases político-literárias da identidade nacional angolana, mas cuja publicação o regime colonial proibiu em 1951. Aliás, vigiada de perto pela polícia política, a ANANGOLA viu alguns dos seus associados serem presos, primeiro em 1959 e depois em 1961, entre os quais o escritor António Jacinto. Mesmo assim, a ANANGOLA continuou a dar cobertura às actividades políticas de muitos nacionalistas brancos, mestiços e negros. Em 1962/1963, uma tendência liderada pelo escritor mestiço – mas membro da Frente de Unidade Angolana – Aires de Almeida Santos procurou converter essa associação na base de um futuro movimento político multirracal, capaz de trabalhar em conjunto com os nacionalistas no exílio em prol da independência de Angola. Mas o regime colonial eliminou rapidamente qualquer veicidade política da ANANGOLA, prendendo Aires de Almeida Santos e substituindo a direcção eleita por uma comissão administrativa em Janeiro de 1964. A ANANGOLA foi então expurgada dos seus elementos nacionalistas e transformou-se pouco depois numa mera associação recreativa (ABECUL), cujas actividades eram estritamente controladas pela PIDE³⁹.

Por sua vez, a Sociedade Cultural de Angola (SCA) foi fundada por um conjunto de colonos brancos, de orientação política republicana e democrática, em 1942. Como tal, a SCA era composta por uma maioria de colonos progressistas angolanizados e de brancos nascidos na colónia, bem como por alguns mestiços, filhos de colonos. Nas estruturas e actividades da SCA participaram vários jovens intelectuais angolanos brancos – Luandino Vieira (José Graça), António Cardoso, Adolfo Maria – e também vários portugueses progressistas com uma forte ligação à colónia – Eugénio Ferreira, Julieta Gandra, Alfredo Tito de Moraes, Calazans Duarte, António Veloso, etc.⁴⁰. Em termos literários, a SCA recuperou o trabalho político-identitário efectuado anos antes em torno da revista *Mensagem* da ANANGOLA, mediante a publicação da segunda série da revista *Cultura* (1957-1961). Além disso, promoveu a troca de correspondência, de poemas, de livros e de crítica literária com a Casa dos Estudantes do Império, a qual mantinha, por sua vez, contactos com um pequeno grupo de intelectuais

³⁸ RODRIGUES, Eugénia – *A Geração Silenciada. A Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 30*. Porto: Afrontamento, 2003, p. 56-57.

³⁹ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), Processo 595. Public Record Office (PRO), FO 371/176932, *Summaries of developments in Mozambique and Angola*, 1964.

⁴⁰ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS – Frente de Unidade Angolana, Processo 515-Sr/61, 3059. A este respeito veja-se a descrição de Adolfo Maria em PIMENTA, Fernando Tavares – ob. cit., p. 39-40. CASTRO, Norberto – *Ano de Kassanji*. Luanda: Mulemba Ua Xá Ngola, 1996, p. 67-71.

angolanos instalados em França e na Alemanha, nomeadamente Mário Pinto de Andrade, membro da revista *Présence Africaine*. Graças a esta “rede” de contactos foi possível internacionalizar alguns escritores angolanos, nomeadamente os poetas Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Aires de Almeida Santos, António Jacinto, António Cardoso, Alexandre Dáskalos e Alda Lara (os últimos quatro brancos naturais de Angola), o novelista Luandino Vieira (natural de Portugal, mas criado, desde tenra idade, em Angola) e o repórter e poeta Ernesto Lara Filho (branco natural de Angola, irmão de Alda Lara)⁴¹.

Em termos propriamente políticos, a Sociedade Cultural de Angola deu cobertura às actividades de certos movimentos políticos nacionalistas, nomeadamente o Partido Comunista Angolano (PCA) e o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA). Este último movimento foi fundado por alguns intelectuais brancos da SCA na sequência das eleições presidenciais de 1958. Mas antes que conseguisse ganhar projecção política, o MLNA foi eliminado pela PIDE em 1959. A PIDE prendeu então dezenas de indivíduos, brancos, negros e mestiços, que mais tarde foram julgados e condenados no chamado “Processo dos 50”. Para além destas prisões, a Sociedade Cultural de Angola foi muito afectada pelas prisões realizadas pela polícia política em 1961 (Luandino Vieira, António Cardoso, etc.) e pela saída para o exílio de alguns dos seus membros em 1962 (Adolfo Maria, Adelino Torres). Mesmo assim, a SCA continuou as suas actividades em prol da causa angolana e foi uma das principais patrocinadoras do 1.º Encontro de Escritores Angolanos, no Lubango, em 1963. Porém, a pressão da PIDE acabou por conduzir à sua supressão pelo regime colonial em Março de 1966, sob o pretexto de que a SCA se tinha desviado dos fins para que fora constituída⁴².

Neste sentido, a análise evidencia uma notável evolução política ao nível das identidades, representações e projectos políticos dos colonos brancos em Angola. Da afirmação de uma gesta da colonização branca, que atribuía aos colonos o controlo do Estado colonial, os brancos passaram a colaborar na construção de uma identidade nacional angolana que envolvia a maioria negra indígena, para além das minorias branca e mestiça. Em termos culturais, muitos intelectuais brancos estiveram entre os promotores da literatura angolana, que exprimia um ideal de união e de fraternidade entre todos os angolanos. De facto, a ideia de angolanidade não excluía ninguém, mas, pelo contrário, chamava todos os segmentos demográficos do país à construção da “Nação”. No entanto, os intelectuais brancos sofreram duramente a repressão do regime colonial. Repressão que castrou as possibilidades de uma autêntica integração política entre nacionalistas brancos, mestiços e negros, na medida em que eliminou os principais espaços de sociabilização – e de consciencialização – política, para além de cultural, que os angolanos tinham à sua disposição: a CEI, a ANANGOLA e a SCA. Um factor que determinou a transferência da luta nacionalista

⁴¹ AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Sociedade Cultural de Angola, Processo 5551, 7397.

⁴² *Boletim Oficial de Angola*, n.º 10, IIª Série, de 5 de Março de 1966; AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Sociedade Cultural de Angola (SCA), Processo 5551, 7397. AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Movimento de Libertação Nacional de Angola (MNLA), Processo 3474/59, 2968. AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Eugénio Bento Ferreira, Processo 289/51, 2681.

do interior da colónia para o exílio, pela mão de movimentos nacionalistas rivais, que estavam divididos entre si por linhas ideológicas, mas também regionais e até raciais. Daí a ausência de uma plataforma nacionalista unificada durante a guerra de independência, com as consequências que disso advieram para a paz e para a unidade do povo angolano.